

Os alunos da Escola de Guerra Naval debateram a Constituinte. E os parlamentares convidados sentiram o que os militares querem da nova Constituição: parlamentarismo, anistia sem pagamento aos cassados e o papel das Forças Armadas.

ANC p 6

31 JUL 1987

JORNAL DA TARDE

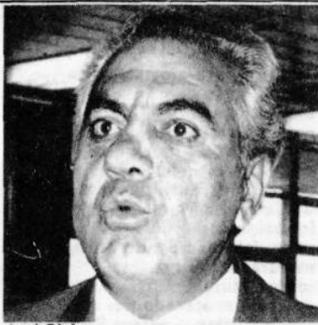
A Constituição dos militares

Fórum do Rio: as diretrizes do movimento.

Em seu primeiro encontro, ontem, o Fórum do Rio de Janeiro decidiu pressionar a Assembléia Nacional a elaborar uma Constituinte democrática, progressista e nacionalista; mobilizar-se pelas diretas em 88; condenar o uso da Lei de Segurança Nacional; e encampar a luta por aumentos reais para os trabalhadores, com direito irrestrito de greve. O encontro foi na Prefeitura do Rio, a convite do prefeito Saturnino Braga, com a presença de parlamentares autodenominados progressistas, do PMDB, PT, PV, PC do B, PCB e PSB. Saturnino disse que o objetivo agora é irradiar o movimento a todo o País, e frisou: "Não existe o comprometimento formal de apoio político ao meu governo". Hoje, também no Rio, começa o II Congresso Nacional de Deputados Estaduais Constituintes. Na pauta, a duração do mandato de Sarney, o sistema de governo e o voto distrital. O encontro termina amanhã, com a elaboração de um documento a ser entregue à Constituinte.



Bernardo Cabral



José Richa



Expedito Machado



Prisco Viana

Projeto: poucas emendas. Apenas nove populares.

Eis os temas: direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana, jornada de trabalho de 40 horas, conceituação de empresa nacional, anistia e recondução de militares cassados, reforma agrária e uso social da terra e duração de mandato presidencial e sistema de governo. São algumas das principais preocupações dos deputados e senadores constituintes, que vêm apresentando emendas à Comissão de Sistematização sobre o projeto de Constituição.

Até ontem, depois de 17 dias de prazo para apresentação de emendas (que se esgota com 30 dias no

dia 13 de agosto), os constituintes haviam apresentado 1.518 emendas, mas o número real de emendas para a terceira fase da Constituinte é bem maior: a essas serão somadas as 5.242 propostas que foram apresentadas na fase de adequação do projeto de Constituição e que não foram acatadas pelo relator por se tratarem de emendas de mérito. Com isso, o total de emendas é de 6.760.

A média de emendas tem sido baixa, segundo a coordenadora do setor de recebimento de propostas de constituintes, Regina Mariz, variando em torno de cem emendas

por dia, mas ontem foi registrado um recorde: 277 emendas. A partir do dia 4 de agosto (terça-feira) deve ser iniciado o pique de apresentação de emendas, quando começam os dez últimos dias decisivos.

Já são nove as emendas populares acatadas pela Comissão de Sistematização, por se enquadrarem nas exigências regimentais para a participação do cidadão na Constituinte. Mais quatro outras emendas, que não se enquadravam, serão consideradas pela Sistematização por terem sido subscritas e patrocinadas por constituintes. A décima-quarta emenda

apresentada foi a única a não ser acatada, indo diretamente para o arquivo (trata dos direitos do cidadão e tinha até a indicação de uma pessoa para defendê-la perante o plenário da Sistematização: o sr. Antônio Figueira Fortuna, da Bahia).

Além das quatro emendas da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) — sobre educação, família, liberdade religiosa e ordem econômica —, entrou ontem no setor específico de acolhimento e revisão das emendas populares uma emenda com 60.456 assinaturas (o dobro das 30 mil assinaturas mínimas necessárias) que pretende a garantia constitucional para a prática da mediunidade. A emenda, como exige o regimento, é patrocinada por três entidades oficialmente reconhecidas: Grupo Espírita Paulo e Estêvão, Centro Espírita Unidos da Fé e Centro Espírita Luz e Caridade.

Populares

Na próxima semana, em dia ainda não estabelecido, a Comissão de Sistematização se reunirá extraordinariamente para que o relator-geral, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), possa dar o seu parecer sobre as emendas populares patrocinadas pela CNBB, a apresentada ontem e duas outras apresentadas há mais tempo.

As emendas populares que obtiveram apoio de constituintes e, por isso, também serão apreciadas pela Comissão de Sistematização, são: direitos da criança (com um milhão e duzentas mil assinaturas), apoiada pelo deputado Nilson Gibson (PMDB-PE); fim da censura (30 mil assinaturas), patrocinada pelo deputado José Genoíno (PT-SP); educação (com apenas 3.785 assinaturas), mas garantida pelo deputado Mello Reis (PDS-MG); e direitos humanos (com 32.406 assinaturas), apoiada pelo primeiro-vice-presidente da Comissão de Sistematização, deputado Aluizio Campos (PMDB-PB).

As outras emendas populares apresentadas à Constituinte e já decididas favoravelmente são: patrocínio do Estado para ensino religioso nas escolas de 1º e 2º graus (66.637 assinaturas); direitos da família, do menor e do idoso (34.240 assinaturas); educação, cultura e esportes (30.804 assinaturas); e direitos do trabalhador e acesso à moradia (30.240 assinaturas).

No trabalho de recepção e análise das emendas populares, os funcionários da Comissão de Sistematização, estão fazendo a checagem das assinaturas (com nome legível, endereço e dados completos do título de eleitor) pelo sistema de amostragem, já que é humanamente impossível a conferência da duplicidade de assinaturas num mesmo projeto ou a presença de uma mesma pessoa em várias emendas populares (o regimento interno permite a subscrição de no máximo três emendas).

Sistema de governo e anistia aos militares cassados. Estes são os dois pontos de maior interesse dos militares na Constituinte, segundo puderam sentir ontem os parlamentares convidados para um dia de debates na Escola de Guerra Naval, no Rio. Estiveram presentes o presidente da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, os senadores José Fogaça e José Richa e os deputados Prisco Viana, Expedito Machado e Ricardo Fiuzza.

O encontro, fechado à imprensa, começou às 9 horas, com palestras dos parlamentares. Depois do almoço, até às 17 horas, foram realizados os debates. Segundo o senador José Fogaça (PMDB-RS), o encontro foi extremamente rico e lhe deixou uma certeza: "O País precisa aprender a amar e respeitar as suas Forças Armadas. Isso só será possível no sistema parlamentarista, porque nesse tipo de governo mesmo quando há críticas ao primeiro-ministro as instituições permanecem intocadas". O senador Fogaça elogiou o nível dos 120 alunos da Escola de Guerra Naval que participaram dos debates (80 capitães-de-corveta e 40 capitães de mar-e-guerra). Pela ordem, as principais preocupações dos militares em relação à Constituinte dizem respeito ao sistema de governo, anistia aos cassados, papel das Forças Armadas e, em último lugar, a dotação orçamentária da Marinha.

O senador José Fogaça é favorável à anistia, mas concorda com os ministros militares na questão das indenizações. Para ele, indenizações superiores a 10 milhões podem ser prejudiciais ao País: "Há diferenças de grau em relação à anistia. Todos são favoráveis à anistia, mas para mim aqueles que têm 10 milhões de cruzados, ou 20, a receber por reintegração, se eles acham que têm direito de receber isso, eu acho que a questão deve ser decidida pela via judicial, não pela Constituinte". Para Fogaça, os constituintes correriam o risco de praticar uma grande injustiça, fazendo com que recursos imensos fossem liberados para pessoas que "entram de carona na anistia dada a outros que foram realmente injustiçados".

Os militares manifestaram pouco as suas opiniões. Preferiram fazer perguntas, disse o senador José Richa. Em relação à anistia, o senador acha que as bases militares — alunos da Escola de Guerra Naval — têm uma posição coerente com a dos seus ministros: contra, por diversas razões, entre as quais a de que os seus orçamentos não comportam o pagamento de todos esses atrasados: "A anistia, tal como ela se apresenta nessa emenda da Constituinte, remonta a 1934. A minha posição é que o assunto praticamente se esgotou com a emenda de 1985. Agora, muitos dos que foram punidos acham que perdem algumas injustiças". Para o senador, para sanar essas injustiças não é preciso a sua inclusão na Constituição. O modo mais certo é a via judicial.

O plebiscito para o povo decidir o sistema de governo, defendido pelo governador do Rio, Moreira Franco, é uma proposta a ser estudada. Para ele, antes dos constituintes decidirem pelo sistema de governo, é importante saber a opinião do povo: "Se a tendência da Constituinte, como a gente percebe, for pelo parlamentarismo, acho que o povo tem de ser ouvido". Segundo Richa, seja por plebiscito ou consulta, a população, quando eleger o seu presidente da República, precisa saber dos poderes que ele disporá nos sistemas parlamentarista ou presidencialista, sob o risco de sentir-se lograda.

Plebiscito? Municipalismo?

Fazer um plebiscito para saber se o povo concorda com a Constituição que está sendo elaborada é uma proposta "inviável", na opinião do deputado Jorge Leite (PMDB-RJ). "O próprio presidente Sarney reconhece isso", disse ele ontem, depois de uma audiência no Planalto. A proposta, defendida pelos deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Faria de Sá (PTB-SP), só poderá ser aceita, segundo Leite, nas disposições transitórias ou depois de votada a Constituição.

Enquanto o plebiscito é discutido, a Fundação Prefeito Faria Lima, vinculada à Secretaria do Interior, fez um estudo do anteprojeto da Comissão de Sistematização. Dos 564 artigos do projeto original, concluiu que 36 são objeto de análise, crítica e emendas. O trabalho está à disposição dos municipalistas para que se manifestem a respeito. Depois disso, os subsídios serão encaminhados aos constituintes, para apresentação formal à Assembléia.